**TERMOS DE REFERÊNCIA**

**Execução dos serviços de Engenharia Civil para substituição e melhorias da Adutora de Água Bruta do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e de Irrigação das Comunidades Rurais de Caiçara, Campos Novos, Arrasta-Pé, Nambebé e Olho d’Água do Paulo,** **no município de Paulo Afonso-ba, área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.**

**JUAZEIRO – BA**

**SETEMBRO / 2015**

**ÍNDICE**

1. **FINALIDADE**
2. **TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES**
3. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**
4. **LOCALIZAÇÃO**
5. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**
6. **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
7. **PRAZO DE EXECUÇÃO**
8. **FORMAS DE PAGAMENTO**
9. **REAJUSTAMENTO**
10. **VISITA AOS LOCAIS DAS OBRAS**
11. **PROPOSTA FINANCEIRA**
12. **QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA E TÉCNICA**
13. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**
14. **FISCALIZAÇÃO**
15. **RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**
16. **OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**
17. **OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**
18. **SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**
19. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**
20. **CONDIÇÕES GERAIS**
21. **DEMAIS DOCUMENTOS (ANEXOS)**

**TERMOS DE REFERÊNCIA**

1. **FINALIDADE**
   1. Estabelecer normas, critérios e principais condições contratuais para a apresentação de propostas e, posteriormente, a celebração de contrato para execução da obra e serviços de engenharia civil para substituição e melhorias da adutora de água bruta do sistema integrado de abastecimento de água e de irrigação das comunidades rurais de Caiçara, Campos Novos, Arrasta-pé, Nambebé e Olho d’água do Paulo, no município de Paulo Afonso-BA, área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf.
2. **TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES**

Nestes Termos de Referência ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

TERMO DE REFERÊNCIA - Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos, conforme define o art. 4º - IV - e 5º do Decreto 7.581/11.

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 - Lote 1 - Brasília-DF.

ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos serviços de engenharia, objetos deste Termo de Referência;

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF; situada em Juazeiro/BA, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços objeto deste Termo de Referência.

LICITANTE -Empresa de engenharia interessada na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

CONTRATO - Documento, subscrito pela Codevasf e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

CONTRATADA - Empresa vencedora do certame, selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - documento destinado a estabelecer as características, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, manufaturados, produtos semi-fabricados, elementos de construção, materiais e produtos industriais. Conterá, dentre outros, normas e critérios para execução de um determinado serviço, a descrição do método construtivo, e o controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

FISCALIZAÇÃO - Equipe da Codevasf atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

DOCUMENTOS DE CONTRATO - Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termos de Referência, Especificações Técnicas, desenhos e Proposta Financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES - Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termos de Referência;

PROJETO BÁSICO –Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para: a) caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

I - desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar seus elementos constitutivos com clareza;

II - soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;

III - identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento;

IV - informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra;

V - subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;

VI - orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

PROJETO EXECUTIVO – Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

PROPOSTA FINANCEIRA - Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a seqüência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.

RELATÓRIO DE OBRAS – documento a ser emitido pela contratada mensalmente, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, Contratada, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os seus detalhes do Plano e Trabalho e dá-se o Start Up da execução das obras.

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL, REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

A presente licitação será na modalidade de **Tomada de Preços**, tipo “Menor Preço”, em regime de contratação “Empreitada a Preços Unitários”, regidas pela lei 8666/93.

1. **LOCALIZAÇÃO**

A Obra e os serviços serão executados no município de Paulo Afonso/BA, município da área sob jurisdição da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, distando aproximadamente de 480 km de Salvador, capital do Estado da Bahia.

Os acessos as localidades onde serão executadas as obras no município se dará através de estradas vicinais em terra batida com deslocamento médio de 15 km da sede do respectivo município. A adutora de água bruta do sistema integrado de abastecimento de água e de irrigação das comunidades rurais de Caiçara a ser substituída localiza-se nas coordenadas 24 L 578460.00 m E e 8956734.00 m S.

1. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1 As obras/ serviços objeto desta licitação encontram-se descritos e caracterizados no projeto básico, Desenhos e Especificações Técnicas e quantitativos da Planilha Orçamentária da Obra, que fazem parte integrante deste Termo de Referência.

5.2 A Obra e serviços de engenharia civil objeto desta licitação compreendem basicamente a substituição da adutora existente em tubo de aço galvanizado marca Alvenius DN 400 e DN 300 por outra de PVC Irriga JEI DEFOFO DN 350 PN 80 que será implantado margeando vias públicas, bem como a substituição de componentes elétricos das estações de bombeamento principal e secundária, pinturas e limpeza.

**6.0. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1 Empresas do ramo pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam as exigências do Edital e seus anexos e que possuam, até a data de aceitação da melhor proposta, capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor de sua proposta.

* 1. Subcontratação:

6.2.1 Será permitida a subcontratação dos serviços de montagem mecânica, elétrica, detalhamentos construtivos, estudos laboratoriais e pré-operação pertencentes ao objeto desta licitação, escavações por processos não destrutivos, escavação de rocha a fogo, com anuência prévia da CODEVASF.

* + 1. É vedada a subcontratação total do objeto.

6.2.3 A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública quanto à qualidade técnica da obra ou serviço prestado.

* + 1. A subcontratação não liberará o contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.
    2. A empresa vencedora do certame deverá apresentar à CODEVASF, na fase de Habilitação, a documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado e declaração de que os responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf.
       1. A empresa subcontratada deverá comprovar a qualificação técnica mediante a apresentação de atestados de ter executados serviços similares à parcela da obra ou do serviço que será subcontratado.

1. **PRAZO DE EXECUÇÃO**
   1. O prazo para execução dos serviços terá duração de 90 (noventa) dias consecutivos, contados da data de assinatura da Ordem de Serviço expedida pela CODEVASF, com eficácia legal a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, I, c/c §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93;
   2. Os prazos de início das etapas de execução, de conclusão e de entrega do objeto contratado admitirão prorrogação, mantidos as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:
2. Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
3. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, que altere as condições de execução;
4. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e interesse da Administração;

d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;

e) Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração;

f) Omissão ou atraso de providencias a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

* 1. A cada prorrogação a CONTRATADA deverá apresentar prova de quitação de débitos com tributos (Fazenda Federal, Estadual e Municipal), Previdência Social (CND) e FGTS.
  2. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF se manifestado expressamente, por escrito, até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do Contrato.

1. **FORMAS DE PAGAMENTO**

8.1 Os pagamentos das obras/serviços serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo aos preços unitários apresentados pela contratada em sua proposta, e contra a apresentação da Notas Fiscal, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, com exceção da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

8.1.1. Nos preços unitários apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

8.1.2. A Codevasf somente pagará a Contratada pelos serviços efetivamente executados, os preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

* 1. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada
  2. O pagamento da Mobilização e desmobilização será no valor apresentado na proposta, nos correspondentes percentuais.

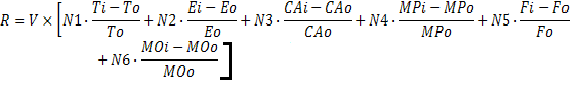
8.4 Mobilização: será realizada medição e pagamento de 50% do valor proposto para o item na primeira medição. Os 50% (cinqüenta por cento) restantes serão medidos e pagos após efetiva mobilização de suas máquinas e equipamentos, conforme programado no Plano de Trabalho exigido no subitem 16.a deste TR;

8.5 Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela Fiscalização.

8.6 O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender as exigências deste Edital e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

**9.0 REAJUSTAMENTO**

9.1 Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste (desde que todos os índices tenham a mesma data base):



Onde:

R - valor do reajustamento

V - valor a ser reajustado

N1 - percentual de ponderação de serviços de Terraplenagem frente à totalidade dos serviços a executar.

N2 - percentual de ponderação de serviços de Edificações frente à totalidade dos serviços a executar.

N3 - percentual de ponderação de serviços de Concreto Armado frente à totalidade dos serviços a executar.

N4 - percentual de ponderação de serviços de Materiais Plásticos frente à totalidade dos serviços a executar.

N5 - percentual de ponderação de serviços de Ferro, aço e derivados frente à totalidade dos serviços a executar.

N6 - percentual de ponderação de serviços de Mão-de-obra especializada frente à totalidade dos serviços a executar.

N7 - percentual de ponderação de serviços de Máquinas e equipamentos industriais frente à totalidade dos serviços a executar.

Ti - Refere-se à coluna 38 da FGV - Terraplenagem, cód. AO157956, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

To - Refere-se à coluna 38 da FGV - Terraplenagem, cód. AO157956, correspondente a data de apresentação da proposta.

Ei - Refere-se à coluna 35 da FGV - Edificações Total, cód.AO159428, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Eo - Refere-se à coluna 35 da FGV - Edificações Total, cód. AO 15948, correspondente a data de apresentação da proposta.

CAi - Refere-se à coluna 5 da FGV - Obras Hidroelétricas - Concreto Armado, cód. AO160116, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

CAo - Refere-se à coluna 5 da FGV - Obras Hidroelétricas - Concreto Armado, cód. AO160116, correspondente à data de apresentação da proposta.

MPi - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI- Produtos Industrias – Artigos de Borracha e de Material Plástico, cód. A1006821, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MPo - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI- Produtos Industrias – Artigos de Borracha e de Material Plástico, cód. A1006821, correspondente à data de apresentação da proposta.

Fi - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI-Produtos Industrias - Indústria de Transformação - Metalurgica Básica, cód. A1006823, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Fo - Refere-se ao IPA-Origem-OG-DI-Produtos Industrias - Indústria de Transformação - Metalurgica Básica, cód. A1006823, correspondente à data de apresentação da proposta.

MOi - Refere-se a coluna 13 da FGV Mão-de-obra Especializada, cód. AO159886, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MOo - Refere-se a coluna 13 da FGV Mão-de-obra Especializada, cód. AO149886, correspondente à data de apresentação da proposta.

MEi - Refere-se ao IPA - Origem-OG-DI-Produtos Industrias - Indústria de Transformação - Máquinas e Equipamentos, cód. A1006825, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MEo - Refere-se ao IPA - Origem-OG-DI-Produtos Industrias - Indústria de Transformação - Máquinas e Equipamentos, cód. A1006825, correspondente à data de apresentação da proposta.

Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:



Sendo:

= Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.

= Índice do mês de reajuste com a nova data base.

= Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

Os valores considerados referente aos fatores N1, N2, N3, N4, N5, N6 e N7, serão os a seguir, apresentados:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| FATORES | **Fator**  **N1** | **Fator N2** | **Fator N3** | **Fator N4** | **Fator N5** | **Fator N6** | **Fator N7** |
| (%) | ***15,71*** | ***1,10*** | ***0,00*** | ***41,43*** | ***14,86*** | ***26,90*** | ***0,00*** |

1. **VISITA AO LOCAL DAS OBRAS** 
   1. Às licitantes recomenda-se visitar o local de execução das obras/serviços, com a presença de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante ou seu representante legal, em que se realizarão as obras e serviços, e se inteirar dos serviços a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
   2. Os custos da visita aos locais das obras correrão por exclusiva conta da concorrente. Como comprovação de visita ao local das obras e serviços a licitante deverá apresentar declaração de visita própria em papel timbrado, conforme anexo V.
   3. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executadas as obras/ serviços as licitantes deverão contatar com o Escritório de Apoio Técnico da Codevasf – 6ª EPA, no município de Paulo Afonso/BA, Telefones (75) 3281-1595 ou 3281-1617.
   4. A visita ao local onde será executada a obras e serviços deverá ser marcada com antecedência de pelo menos 48 (quarenta e oito) horas e deverá ser realizada em horário comercial.
2. **PROPOSTA FINANCEIRA**
   1. A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa limitada rigorosamente ao objeto desta licitação e deverá conter os seguintes documentos:
3. Termo de Proposta contendo o PERCENTUAL DE DESCONTO sobre o valor global, incluindo BDI, para a execução das obras/serviços, que deverá constituir o primeiro documento da Proposta.
4. Nome e endereço completo da licitante, número de telefone, fax, C.N.P.J e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora;
5. Planilhas de Orçamentação de Obras devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante dos Anexos, que integram este Termo de Referência;

c1) Junto com a proposta, a Planilha de Orçamentação de Obras deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre em CD-ROM), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.

1. A licitante de melhor proposta classificada deverá preencher formulários de composição de preços unitários para todos os itens das obras descritos na Planilha de Orçamentação de Obras, inclusive detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI;

d1) No preenchimento do Quadro Detalhamento do BDI, a licitante deverá considerar todos os impostos e taxas conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra, desdobrado em dois, um para o fornecimento de materiais e equipamentos e outro para os serviços;

d2) No preenchimento do Quadro – Detalhamento do BDI, a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra. Deverá ser considerado no BDI o ISS do município onde será executada a obra.

d3) Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Preços da licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

d4) No detalhamento do BDI – Quadro PO-XV – ANEXO III - não deverá constar do item “Despesas Financeiras” a previsão de despesas relativas a dissídios.

d5) Detalhamento dos Encargos sociais para horistas, conforme anexo Quadro PO XIV, Anexo II.;

1. Cronograma Financeiro obedecendo as atividades, prazo e composição do "Cronograma Físico", com desembolso e quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido no Neste TR.

f) A licitante deverá na composição de preços unitários de mão-de-obra observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;

g) No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Orçamentação de Obras será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das Planilhas de Orçamentação de Obra, devendo estar devidamente assinada pela respectiva empresa.

* 1. O custo de mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos e da instalação, manutenção e remoção do canteiro de apoio das obras/serviços é de no máximo 5% (cinco por cinto) do valor global proposto.
  2. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias contado a partir da data estabelecida para a entrega das mesmas, sujeito à revalidação por idêntico período.
  3. A Contratada é responsável, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes à água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados. Será obrigatória a apresentação e entrega à CODEVASF para controle.

1. **QUALIFICAÇÃO FINANCEIRA E TÉCNICA**
   1. A licitante deverá comprovar a Disponibilidade Financeira Líquida (DFL).

a) A disponibilidade financeira líquida mede o valor até o qual a licitante possui capacidade de contratar e deverá ser igual ou superior ao orçamento oficial elaborado pela CODEVASF para os serviços objeto do Lote em que estiver concorrendo, caso contrário, a licitante será inabilitada. Será calculada pela seguinte fórmula:

DFL = ( n x CFA ) – Va

12

Onde:

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida

n = prazo em meses estipulado para a execução dos serviços objeto deste Edital

CFA = Capacidade Financeira Anual

Va = somatório dos valores residuais dos contratos ora a cargo da licitante, calculado a partir dos saldos contratuais atualizados monetariamente para o mês da data base da proposta de preços, pelos índices setoriais de reajustamento, utilizando-se para I1 o índice do mês da data base da licitação e para I0 o índice correspondente ao mês da data da proposta de cada contrato. Os valores residuais serão apropriados “pro-rata” aos “n” meses de execução contratual nos casos em que os prazos residuais dos contratos em andamento ultrapassarem o prazo de execução estipulado para os serviços em Licitação. Os dados contratuais relevantes serão obtidos do Quadro 01 – “RELAÇÃO DOS CONTRATOS DA EMPRESA EM EXECUÇÃO E A INICIAR”. A licitante deverá demonstrar o detalhamento do cálculo do “Va”.

1. Deverão ser preenchidos e apresentados os quadros “RELAÇÃO DOS CONTRATOS DA EMPRESA EM EXECUÇÃO E A INICIAR” (QUADRO 01) e “DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA LÍQUIDA” (QUADRO 02) constantes do Anexo IX.
2. Deverá(ão) ser apresentado(s) junto com o cálculo da DFL cópia(s) autenticada(s) dos contratos firmados.
   1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
      1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
3. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente Edital;
4. Declaração de que a concorrente visitou o local onde serão executados os serviços e se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, consoante item 10 deste TR- Termo de Referência, e que os preços propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços.
5. Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por estes Conselhos, que comprovem que a licitante tenha executado serviços de escavação ou terraplenagem ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, com os seguintes quantitativos mínimos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ITEM | SERVIÇO | **QUANTIDADE** |
| 1.0 | Escavação mecanizada de vala em solo 2ª categoria | 150 m³ |
| 2.0 | Escavação em rocha com uso de explosivos | 35 m³ |
| 3.0 | Aterro compactado de vala | 80 m³ |
| 4.0 | Assentamento de tubos DN igual ou superior a 250 mm | 300 m |

c1) Será admitido o somatório de atestados para comprovar o quantitativo exigido.

c2) Definem-se como obras similares: obras construtivamente afins àquelas, especialmente no campo de engenharia civil, incluindo obras de adutoras, redes coletoras de esgotamento sanitário e drenagem, etc.

c3) Definem-se como serviços de porte e complexidade, conforme descrito na alínea “b1” acima, aquelas que apresentam grandezas e características técnicas compatíveis às descritas no Projetos – Anexos, que integram este Termo de Referência

c4) Deverá (ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão (ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável (is) técnico (s), seu(s) título(s) profissional (is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnica sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e data final de execução (conclusão dos serviços).

1. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da Documentação, Engenheiro Civil ou Agrônomo, devidamente inscrito no CREA, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica - ART, pela execução de obras similares ao objeto desta licitação. Preencher o quadro (HAB-XI -FICHA CURRICULAR: IDENTIFICAÇÃO, FORMAÇÃO E EXPERIÊNCIA), constante do ANEXO-IV.

d1) Entende-se, para fins deste TR, como pertencente ao quadro permanente:

1) O Empregado

2) O Sócio

d2) No caso específico da alínea "d", não será aceito técnico com contrato de regime de prestação de serviços, para efeito de comprovação do quadro permanente da Empresa, detentor de acervo técnico.

d3) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópias da "ficha ou livro de registro de empregado" ou através de cópia do contrato social de que o detentor do acervo técnico de que trata a alínea "d" acima, pertence ao seu quadro de pessoal permanente na condição de empregado ou de sócio e de que está indicado para coordenar as obras/serviços objeto desta licitação.

d4) quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma e certidão da entidade profissional competente, devidamente atualizada.

* 1. No caso de comprovação da capacidade técnica da licitante e dos profissionais em serviços realizados no exterior, deverá ser apresentado Atestado de Capacidade Técnica, devidamente regularizada no país de origem, registrado no Consulado Brasileiro acompanhado por tradução juramentada.
  2. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

1. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**

As despesas serão custeadas por meio do Programa de Trabalho nº 15.244.2029.7K66.0029 Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado da Bahia

* 1. O orçamento previamente estimado para a contratação através da LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS é de **R$ 999.908,30** (novecentos e noventa e nove mil novecentos e oito reais e trinta centavos);
  2. Estes valores apresentam, inclusos, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e ornamentação das obras e serviços constam das Planilhas de Ornamentação de Obras - Codevasf – Anexos, partes integrantes deste TR.
  3. Referência de Preços - No orçamento de referência da CODEVASF foram considerados os preços SINAPI para o Estado da Bahia data-base de **JULHO/2015,** atendendo o disposto no Decreto nº 7.983/2013, já incluso o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. Para serviços e materiais não constantes no sistema oficial de custos, foram efetuadas pesquisas de mercado, além de composição de preços unitários elaborados pela Codevasf.
  4. O orçamento previamente estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

13.5. No orçamento de referência da CODEVASF foram utilizadas as seguintes taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e de Encargos Sociais:

a) BDI: obra = 29,45 % (SERVIÇOS) ; 20,41% (MATERIAIS)

b)Encargos Sociais: Horista = 90,36 %

c)PIS = 0,65 % - COFINS = 3,00% - CPRB = 4,50% -

ISS = 5,0 % (alíquota do município).

* 1. O objeto a ser licitado se enquadra na Lei nº 13.161/2015, em seu art. 7º- A, por ser componente do CNAE 2.0, Grupo 422 – Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto, representando dizer que a parcela patronal de 20% incidente sobre o valor da folha de pagamento será substituída pela aplicação da Contribuição Previdenciária sobre a Recita Bruta – CPRB, no percentual de 4,5%. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas/CNAE, a obra enquadra-se na classe/subclasse 4222-7/01 (CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS).

1. **FISCALIZAÇÃO**
   1. A fiscalização das obras/serviços será feita diretamente por uma equipe técnica que atuará sob a responsabilidade de um Coordenador formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei n° 8.666/93, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.
   2. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
   3. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à 6ª GRD- Gerência de Infra-Estrutura responsável pela execução do contrato.
   4. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
   5. Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à 6ª GRD, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
   6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
   7. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
   8. Com fundamento nos arts. 54, § 1º, in fine, e 55, inciso XI, da Lei 8.666/93, a Codevasf, por meio do fiscal designado, terá poderes para fiscalizar periodicamente o efetivo pagamento dos valores salariais lançados na proposta contratada, mediante a verificação das folhas de pagamento referentes aos meses de realização dos serviços, de cópias das carteiras de trabalho dos empregados, dos recibos e dos respectivos documentos bancários, entre outros meios de fiscalização cabíveis, conforme o Acórdão nº 1125/2009 – Plenário do TCU.
   9. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
2. **RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**
   1. Após o término dos serviços objeto deste TR, a licitante vencedora requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
   2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
   3. A CODEVASF terá 90 dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas, vistoriar os equipamentos disponibilizados, emitir parecer conclusivo e, aprovação da autoridade competente do projeto.
   4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a contratada, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados. Aceitos e aprovados os serviços, a CODEVASF emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços que deverá ser assinado por representante autorizado da contratada, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
   5. A licitante vencedora entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
   6. Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Execução dos serviços;
   7. Emissão dos Termos de Encerramento Físico (TEF); e
   8. Liberação da Caução Contratual.
   9. O Termo de Encerramento Definitivo do Contrato está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre todos os serviços executados.
   10. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.
   11. Os resultados das obras, incluindo os desenhos originais e as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto das obras, serão de propriedade da CODEVASF, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
3. **OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

A licitante vencedora deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

* 1. Plano de Trabalho contendo o Plano de Logística da contratada para execução das obras, instalação e mobilização, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos.

b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho, referido na alínea acima;

c) Anotações de Responsabilidade Técnica – ART´s referentes ao objeto do contrato e profissionais envolvidos, conforme Resolução do CONFEA nº 425 de 18 de dezembro de 1998 e nos termos da Lei nº 6.496/7.

* 1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART’s referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução n° 317 de 31/10/86.
  2. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos;
  3. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução das obras/serviços e fornecimentos;
  4. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar à CODEVASF e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução do fornecimento/serviços objeto desta licitação;
  5. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local de execução do fornecimento/serviços;
  6. Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da Fiscalização), para possibilitar a perfeita execução do fornecimento/serviços no prazo contratual;
  7. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato;
  8. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do local de execução das obras e serviços;
  9. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada;
  10. A contratada deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93);
  11. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CODEVASF.
  12. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5,0% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos quando aplicável).
  13. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
  14. Durante a execução dos serviços e obras, caberão à empresa contratada as seguintes medidas:

A placa de identificação das obras e serviços deve ser no padrão definido pela CODEVASF e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação Instruções para a Preparação de Placas de Obras Públicas, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe - ANEXO VII;

1. Caso se aplique, obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor;
2. Manter no local das obras/serviços um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc, como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras/serviços;
3. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantia a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços;
4. Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras/serviços.
5. Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.
   1. A licitante vencedora entende e aceita o pleno cumprimento do estipulado abaixo, como condicionante para na execução das obras/serviços objeto da presente licitação, comprometendo-se em atender às seguintes normas complementares:
6. Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf;
7. Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
8. Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Execução do fornecimento/ serviços.
9. Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF) e
10. Liberação da Caução Contratual.
    1. A contratada deverá fornecer um Tablet com as seguintes características mínimas: Tamanho de tela 10´´ ou superior, Wi-fi, tecnologia 3G, processador Quad-Core 1.2 Ghz, Android 4.4, memória interna 8 GB, câmera integrada 3 MP, câmera filmadora, extensão para cartão de memória, compatibilidade de cartões de memória Micro SD até 64 GB, Bluetooth, câmera principal 3 MP, câmera secundária 1,3 MP zoom 4x. Gravação de vídeo; vídeo chamada, vídeo player, gravação de vídeo. Resolução de gravação HD (1280 x 720), recursos de som. Alimentação de bateria Ions de Lítio de 4000m Ah, garantia mínima de 12 meses, com carregador manual, fone de ouvido, cabo USB e cartão de memória de 8 GB. Seus custos deverão estar contemplados nos custos gerais da obra e ao final serão entregues e incorporados ao patrimônio da Codevasf.
11. **OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**
    1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.
    2. Relatar em tempo hábil, ocorrências ou circunstancias que possam acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.
    3. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
    4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
    5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
    6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.
12. **SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**
    1. A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22.12.1977, Portaria nº 3.214 de 08.06.1978 do MTE e deverá:
    2. Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
13. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

19.1 Na execução do presente instrumento será exigido da contratada o pleno atendimento dos artigos da instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010, em especial ao cumprimento das condições estabelecidas no art. 4º da referida IN , que estabelece o seguinte:

“ Art. 4º - Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, as especificações e demais exigências do projeto básico ou executivo, para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, tais como:

1. Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
2. Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
3. Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
4. Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
5. Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
6. Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
7. Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
8. Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
9. Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

§ 1º Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

§ 2º O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.

§ 3º Os instrumentos convocatórios e contratos de obras e serviços de engenharia deverão exigir o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos

devem estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos.

§ 4º No projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

§ 5º Quando a contratação envolver a utilização de bens e a empresa for detentora da norma ISO 14000, o instrumento convocatório, além de estabelecer diretrizes sobre a área de gestão ambiental dentro de empresas de bens, deverá exigir a comprovação de que o licitante adota práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e

fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da
5. Recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

§ 2º O edital poderá estabelecer que, selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

Art. 6º, no que se refere à adoção das seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados:

* 1. A utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  2. A adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
  3. A Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
  4. O fornecimento aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  5. A realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
  6. A realização da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
  7. O respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
  8. A previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis.

19.2. A Contratada deverá observar as disposições do Art. 4º - § 1º da Lei 12.462/11, especialmente, as normas relativas à:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais;

IV - avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas.

§ 2o O impacto negativo sobre os bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados deverá ser compensado por meio de medidas determinadas pela autoridade responsável, na forma da legislação aplicável.

OBS: Art. 5o  do Dec. 7.581/11 - O termo de referência, projeto básico ou projeto executivo poderá prever requisitos de sustentabilidade ambiental, além dos previstos na legislação aplicável.

1. **CONDIÇÕES GERAIS**
   1. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
   2. O resultado do fornecimento e execução dos serviços, incluindo os desenhos originais e as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto das obras, serão de propriedade da CODEVASF, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
      1. As propostas deverão contemplar todas as obras/serviços e fornecimentos que compõem o objeto deste TR, observando todas as descrições, características técnicas e demais recomendações constantes no Projeto Básico, Desenhos e Especificações Técnicas – Anexo VI, parte integrante deste TR. Não serão aceitas propostas que não apresentarem composições para todas as obras/serviços e fornecimentos solicitados. Tais propostas serão desclassificadas.
      2. Estes Termos de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transições.
   3. Não será permitido consórcio.

**21. DEMAIS DOCUMENTOS (ANEXOS)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | |
|  | ANEXO I | | Carta de apresentação da proposta / Apresentação da Empresa | |
|  | ANEXO II | | Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista | |
|  | ANEXO III | | Detalhamento do BDI – Serviços e Materiais | |
|  | ANEXO IV | | Modelos de quadros – apresentação atestados e equipe técnica | |
|  | ANEXO V  ANEXO VI | | Declaração de Vistoria ao local da obra.  Memoriais e Desenhos - Normas/Especificações Técnicas –  Projeto básico | |
|  | ANEXO VII | | Manual para elaboração de Placas de Obras do Ministério da Integração Nacional | |
|  | ANEXO VIII | | Planilhas orçamentárias – Cronograma Físico-Financeiro – BDI Serviços e Materiais | |
| ANEXO IX | | Quadro D.F.L e Relação dos Contratos | |

|  |  |
| --- | --- |
| ANEXO I | Carta de apresentação da proposta / Apresentação da Empresa |

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF

Ref.: Tomada de Preço nº \_\_\_\_\_/2015

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S.as nossa proposta para a execução das obras (Descrever o objeto da licitação de forma sucinta, clara e objetiva indicando o município e estado onde serão executados os serviços, localizado no município de .........., no Estado da ............., ofertando o percentual de desconto sobre o preço global de (....por cento ), para execução em \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias consecutivos, conforme Planilha orçamentária, anexa.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídos todos os serviços objeto desta licitação e as despesas, inclusive aquelas relativas a custos, encargos sociais, BDI, tributos, taxas, taxa de risco, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à Codevasf.

Na execução das obras/serviços, fornecimentos e montagens/instalações, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do Órgão de Fiscalização da Codevasf, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA é de \_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos apresentar garantia de um Banco num valor que não exceda 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Senhor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ expedida em \_\_/\_\_/\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_, como representante desta Empresa, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus Anexos e que temos pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos que serão por nós assumidos no contrato, caso vencedor da licitação, e que levamos tais riscos em consideração na formulação de nossa proposta.

Local e Data

Empresa/CNPJ

Assinatura do Representante Legal da Licitante

RG nº (ou equivalente para estrangeiros)

MODELO - DADOS DA EMPRESA

|  |
| --- |
| EDITAL Nº \_\_/\_\_\_\_ |

|  |  |
| --- | --- |
| EMPRESA: | Fl. 1/1 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Forma de Constituição | | | | | | | | | | | | | |  | | | |
| SOCIEDADE ANÔNIMA () | | | | | SOCIEDADE LIMITADA () | | | | | | | INDIVIDUAL () | | | | | |
| Direção e Representação Legal | | | | | | | | | | |  | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nome | | | | | | | | Nacionalidade | | | | | | | Cargo | | |
|  | | | | | | | |  | | | | | | |  | | |
|  | | | | | | | |  | | | | | | |  | | |
| Relação dos Estabelecimentos - Respectivos Endereços e Gerentes | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | | |  | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Número de Registro no CNPJ | | | | Data de Constituição | | | | | Registro Número | | | | | | | Órgão de Registro | |
|  | | | |  | | | | |  | | | | | | |  | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Registro em entidades Profissionais (Sede) | | | | | | | Última Alteração Social e Data | | | | | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Órgão | | Número | Data | | | | Número do registro | | | | | | Órgão do registro | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | |
|  | |  |  | | | |  | | | | | |  | | | | | | |
|  | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Nome do Informante: | | | | | | Assinatura: | | | | | | | | | | | Data: **/ /** | |

**OBS: O campo “registro em entidades profissionais (sede)”, no caso de empresas de engenharia, deverá ser preenchido com os dados de seu registro junto ao CREA.**

|  |  |
| --- | --- |
| ANEXO II | Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista |

**Anexo II**

**PO-XIV - Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DISCRIMINAÇÃO** | | | | | **HORISTA** |
| **%** |
| **A** |
| A1 | INSS |  |  |  |  |
| A2 | FGTS |  |  |  |  |
| A3 | INCRA |  |  |  |  |
| A4 | Salário Educação | |  |  |  |
| A5 | SEBRAE |  |  |  |  |
| A6 | Seguro contra acidente | | |  |  |
| A7 | SENAI |  |  |  |  |
| A8 | SESI |  |  |  |  |
| **SUBTOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS ("A"):** | | | | |  |
| **B** |
| B1 | Repouso Semanal Remunerado | | | |  |
| B2 | Feriados | | | |  |
| B3 | Auxílio Enfermidade | | | |  |
| B4 | 13º Salário | | | |  |
| B5 | Licença Paternidade | | | |  |
| B6 | Faltas Justificadas | | | |  |
| B7 | Dias de Chuva | | | |  |
| B8 | Auxílio Acidente de Trabalho | | | |  |
| B9 | Férias Gozadas | | | |  |
| B10 | Salário Maternidade | | | |  |
| **SUBTOTAL DE "B":** | | | | |  |
| **C** |
| C1 | Aviso Prévio Indenizado | | | |  |
| C2 | Aviso Prévio Trabalhado | | | |  |
| C3 | Férias Indenizadas | | | |  |
| C4 | Depósito por despedida injusta: 50% sobre (A2 + (A2 x B)) | | | |  |
| C5 | Indenização Adicional | | | |  |
| **SUBTOTAL DE "C"** | | | | |  |
| **D** |
| D1 | Reincidência de "A" sobre "B" | | | |  |
| D2 | Reincidência de "A" sobre "C2" e Reincidência de "A2" sobre "C1" | | | |  |
| **SUBTOTAL DE "D"** | | | | |  |
| **TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS** | | | | |  |

|  |  |
| --- | --- |
| ANEXO III | Detalhamento do BDI – Serviços e Materiais |

**ANEXO III**

**PO-XV - Detalhamento do BDI - SERVIÇOS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| NOME DA CONCORRENTE: | | |
| OBJETO: | EDITAL | FOLHA |
| \_\_\_\_\_\_/2015 | \_\_\_\_/\_\_\_\_ |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | PV | CD |
| **ITEM** | **COMPOSIÇÃO** | **TAXA** | **TAXA** |
|  |  | % | % |
|  |  |  |  |
| **1** | **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL(AC)** |  | **0,00%** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **2** | **IMPOSTOS E TAXAS (I)** | **%** | **0,00%** |
|  | . ISS | % | 0,00% |
|  | . PIS | % | 0,00% |
|  | . COFINS | % | 0,00% |
|  | . CPRB | % | 0,00% |
| **3** | **TAXA DE RISCO (R)** |  | **0,00%** |
| 4 | SEGUROS E GARANTIAS (S+G) |  | **0,00%** |
| **5** | **DESPESAS FINANCEIRAS (F)** |  | **0,00%** |
|  |  |  |  |
| **6** | **LUCRO (L)** | **0,00%** | **0,00%** |
|  |  |  |  |
|  | **T O T A L** |  | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| NOME DO INFORMANTE: | | DATA: | MOEDA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  TAXA DE CAMBIO; |
| QUALIFICAÇÃO: | ASSINATURA | | A CARGO DA CODEVASF |
|  |  | |  |
|  |  | |  |

**OBSERVAÇÕES:**

- Para o preenchimento da proposta deve-se considerar o valor de ISS previsto em Lei Municipal;

- Especificar a moeda estrangeira, caso existente;

- Considerar as alíquotas de ISS, PIS e COFINS, conforme previsto na legislação vigente, aplicado sobre o preço de venda da obra;

- Não deverão constar do item despesas fiscais os tributos IRPJ e CSLL;

- Não deverão constar do item "despesas financeiras" a previsão de despesas relativas a dissídios.

**ANEXO III**

**PO-XV - Detalhamento do BDI - MATERIAIS**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| NOME DA CONCORRENTE: | | |
| OBJETO: | EDITAL | FOLHA |
| \_\_\_\_\_\_/2015 | \_\_\_\_/\_\_\_\_ |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  | PV | CD |
| **ITEM** | **COMPOSIÇÃO** | **TAXA** | **TAXA** |
|  |  | % | % |
|  |  |  |  |
| **1** | **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL(AC)** |  | **0,00%** |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| **2** | **IMPOSTOS E TAXAS (I)** | **%** | **0,00%** |
|  | . ISS | % | 0,00% |
|  | . PIS | % | 0,00% |
|  | . COFINS | % | 0,00% |
|  | . CPRB | % | 0,00% |
| **3** | **TAXA DE RISCO (R)** |  | **0,00%** |
| 4 | SEGUROS E GARANTIAS (S+G) |  | **0,00%** |
| **5** | **DESPESAS FINANCEIRAS (F)** |  | **0,00%** |
|  |  |  |  |
| **6** | **LUCRO (L)** | **0,00%** | **0,00%** |
|  |  |  |  |
|  | **T O T A L** |  | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| NOME DO INFORMANTE: | | DATA: | MOEDA:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  TAXA DE CAMBIO; |
| QUALIFICAÇÃO: | ASSINATURA | | A CARGO DA CODEVASF |
|  |  | |  |
|  |  | |  |

**OBSERVAÇÕES:**

- Para o preenchimento da proposta deve-se considerar o valor de ISS previsto em Lei Municipal;

- Especificar a moeda estrangeira, caso existente;

- Considerar as alíquotas de ISS, PIS e COFINS, conforme previsto na legislação vigente, aplicado sobre o preço de venda da obra;

- Não deverão constar do item despesas fiscais os tributos IRPJ e CSLL;

- Não deverão constar do item "despesas financeiras" a previsão de despesas relativas a dissídios.

**ANEXO IV - MODELOS DE QUADROS –**

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA**

**E EQUIPE TÉCNICA – RESPONSÁVEL TÉCNICO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ANEXO IV.a) - FICHA CURRICULAR DA EQUIPE TÉCNICA | | | | | | | CODIGO:  TSUP-I | |
| NOME DA CONSULTORA: | | | | | | | | |
| PROJETO: | | OBJETO: | | | | | EDITAL: | |
| NOME DO TÉCNICO: | | | | | | | | |
| ATUAÇÃO NO PROJETO: | | | ATUAÇÃO:  ( ) PERM. ( ) EVENT. | NASCIMENTO: | NACIONALIDADE: | | | |
| INSTRUÇÃO | | | | | | | | |
| ESCOLARIDADE | | | ESTABELECIMENTO | LOCAL | DURAÇÃO | | | ANO CONCL. |
|  | | |  |  |  | | |  |
|  | | |  |  |  | | |  |
|  | | |  |  |  | | |  |
|  | | |  |  |  | | |  |
|  | | |  |  |  | | |  |
|  | | |  |  |  | | |  |
|  | | |  |  |  | | |  |
|  | | |  |  |  | | |  |
| ANO | EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
|  |  | | | | | | | |
| CONCORDO EM PARTICIPAR DESTE OBJETO (ASSINATURA): | | | | Nº DO REGISTRO PROFISSIONAL: | | | | |
| NOME DO INFORMANTE: | | | | QUALIFICAÇÃO: | | | | |
| ASSINATURA: | | | | | | DATA: | | |
| OBSERVAÇÃO:  1 - PREENCHER UMA FICHA PARA O COORDENADOR E PARA OS PROFISSIONAIS QUE COMPÕEM A EQUIPE CHAVE  2 - JUNTAR COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO)  3 - RELACIONAR ATIVID. REPRESENTAT. DA EXP. PROFISSIONAL, C/ DESTAQUE PARA OS SERV. SIMILARES AO OBJETO  4 - JUNTAR OS COMPROVANTES DA EXP. PROFISSIONAL, CERTIFICADOS PELA UNIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE  5- TÉCNICO AÇÃO SOCIAL EXPERIÊNCIA COMPROVADA POR ATESTADO OU DECLARAÇÃO FORNECIDA PELOS CONTRATANTES. | | | | | | | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA LICITANTE  obs (deve constar do referido quadro a exigência de quantitativos estabelecidos no item de qualificação técnica do TR) | | | |
| Atestado | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | UNIDADE | QUANTIDADE |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

Anexo IV.b) – ATESTADOS DA EMPRESA PARA COMPROVAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Juntar cópias dos atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado devidamente certificados pelo CREA (vide Edital), indicando na coluna o número de ordem do atestado pertinente, bem como sua paginação na documentação de proposta.

**OBS**: Recomendamos destacar nos atestados os quantitativos usados para comprovar a capacidade técnica (QUALIFICAÇÃO TÉCNICA) exigida neste TR.

Anexo IV.c) – CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL – RESPONSÁVEL

TÉCNICO

**QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO**

À

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Att.: Comissão Especial de Licitação

Ref.: Edital Nº \_\_\_ / 2015

**OBJETO:**

RELAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO

Sr. Presidente,

Em conformidade com o disposto no Edital nº supracitado a xxxxxxxxxxxxxxxx (empresa ou Consórcio) através de seu Representante Legal Sr. xxxxxxxxxxxxxx (nome, qualificação, RG, CPF, endereço) relaciona abaixo, os profissionais que estão participando deste processo de “pré-qualificação” e que se comprometem a participar do futuro processo licitatório, conforme exigências estabelecidas no Edital Nº /....

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **NOME** | **FORMAÇÃO** | **FUNÇÃO** |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

(local, data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ass. do Representante Legal

**Anexo IV. d) - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS / CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

Responsável Técnico

|  |  |
| --- | --- |
| QUADRO 2 | RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS OU EM ANDAMENTO POR PROFISSIONAL (IS) DETENTOR \(ES) DE ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nº DE ORDEM  (1) | IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS OU EM ANDAMENTO COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO | PERÍODO DE EXECUÇÃO | | CONTRATANTE  (NOME E ENDERÇO) | ATESTADO/CERTIDÃO  (2) |
| INÍCIO  (Mês/Ano) | Fim  (Mês/Ano) |
|  |  |  |  |  |  |
| EDITAL Nº /2015 DATA:  INDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL: | | | | | |

**ANEXO V** - Declaração de Vistoria ao local da obra.

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA**

A Licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que visitou o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato

##### Cidade, data

**ANEXO VI**

**Memoriais e Desenhos - Normas/Especificações Técnicas/ Projeto Básico/Desenhos**

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

**ANEXO VII**

**- Manual para elaboração de Placas de Obras do Ministério da Integração Nacional**

(Site do Ministério da Integração Nacional)

**ANEXO VIII**

**Planilhas orçamentárias – Cronograma Físico-Financeiro – BDI Serviços e Materiais – Encargos Sociais**

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)

**- ANEXO IX – Relação de contratos da empresa em execução e a iniciar / Quadro D.F.L**

(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)